

Uma análise chárstica do Programa Bolsa Família durante o governo Lula ¹

Milena Migliorini CELINSKI ²

Thainan Ferreira da SILVA ³

Rozinaldo Antonio MIANI ⁴

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

O governo Lula (2003-2010) representou a implementação de um “novo” modelo econômico caracterizado como social-desenvolvimentista que estabelece o social como principal eixo estruturante, visando o crescimento econômico combinado com políticas de distribuição de renda e de inclusão social. Dentre os programas sociais praticados pelo governo Lula, o Programa Bolsa Família aparece como o programa de distribuição de renda de maior abrangência e impacto nacional, ao combinar a transferência de renda com acesso a outros serviços básicos voltados para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar algumas charges sobre o Bolsa Família que retratam os impactos e as controvérsias que marcaram o debate sobre o tema durante o período do governo Lula.

Palavras-chave: Governo Lula; social-desenvolvimentismo; Bolsa Família; charge.

1. Introdução

O governo Lula (2003-2010) se distinguiu dos governos anteriores ao estabelecer o social como um dos eixos estruturantes do “novo” processo de desenvolvimentismo no Brasil. A esse respeito Aloísio Mercadante (2010) afirmou que “o novo modelo de intervenção rompe com a visão economicista que tanto no desenvolvimentismo quanto no neoliberalismo tratavam o social como elemento residual” (MERCADANTE, 2010, p.239). Para além das controvérsias que envolveram os debates sobre o Programa Bolsa Família, ele se constituiu como um dos mais bem sucedidos programas de distribuição de renda da história do Brasil.

Assim como em governos anteriores, os principais temas da conjuntura social e política nacional foram alvos de intensos debates e representações e com o Programa Bolsa Família não foi diferente. Uma das formas dessa representação se estabeleceu a

¹ Trabalho apresentado na IJ 06 - Interfaces Comunicacionais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Estudante do 3º ano do Curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq), e-mail: celinski.milena@gmail.com

³ Estudante do 3º ano do Curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: thainanbrasil@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: mianirozinaldo@gmail.com

partir da produção de charges - publicadas na imprensa brasileira ou disponibilizadas por seus respectivos autores no ambiente virtual da internet - e é justamente essa retratação chágica que será analisada nesse artigo. Trata-se de um desdobramento do projeto de iniciação científica, vinculado ao projeto de pesquisa “Um novo traçado para o Brasil: análise do projeto social-desenvolvimentista do governo Lula (2003-2010) por meio das charges na imprensa brasileira” coordenado pelo professor Rozinaldo Miani e cadastrado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

O artigo abordará a vertente social no contexto do projeto social-desenvolvimentista do governo Lula que implementou um “novo” modelo econômico centrado na distribuição de renda, inclusão social e combate à pobreza. Será dado foco ao Programa Bolsa Família e às representações chágicas sobre o tema.

2. O social como eixo do “novo” desenvolvimentismo do governo Lula

De acordo com Mercadante (2010), o aspecto central do padrão de desenvolvimento do governo Lula consistiu na “elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da constituição de um amplo mercado de consumo de massa, com políticas de renda e inclusão social” (MERCADANTE, 2010, p.2).

As experiências neoliberais no Brasil, produzidas durante os governos Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), produziram consequências nefastas para os diversos setores da classe trabalhadora, por se tratarem de governos comprometidos com o capital financeiro e com a lógica da mundialização do capital. Como enfatiza Márcio Pochmann (2010), com o governo Lula verifica-se uma mudança de rota, pois “a partir do governo Lula, o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista” (POCHMANN, 2010, p.10).

O fato é que o governo Lula, mesmo considerando as inúmeras contradições que marcaram a referida gestão petista, promoveu - em alguma medida - uma ruptura com a lógica praticada pelos governos antecessores favorecendo uma combinação entre crescimento econômico e distribuição de renda. A esse respeito, Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes afirmam que:

Se de um lado sua política econômica favoreceu largamente os interessados no capital financeiro nacional e internacional (garantindo elevada rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancário recorde) e do *agrobusiness*, por outro, implementou uma série de programas e iniciativas, direcionada aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas (MARQUES; MENDES, 2006, p.16).

O compromisso do governo Lula em estabelecer o social como eixo estruturante do desenvolvimento econômico conferiu, portanto, “centralidade às políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, à ampliação de direitos e à inclusão social” (MERCADANTE, 2010, p.475). Nesse sentido, o Programa Bolsa Família ocupou papel de destaque no projeto social-desenvolvimentista do referido governo petista.

3. O Programa Bolsa Família como o principal programa de transferência de renda do governo Lula

No Brasil, o debate sobre a instituição de Programas de Transferência de Renda é relativamente recente. De acordo com Maria Ozanira da Silva e Silva (2007), esse tema ganhou projeção a partir de 1991, “quando foi apresentado e aprovado, no Senado Federal, o Projeto de Lei n. 80/1991 do senador petista Eduardo Suplicy, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)” (SILVA, 2007, p.1431). Transferência de renda é entendida como uma transferência monetária direta destinada a indivíduos ou famílias.

Desde então, e por mais de uma década, algumas iniciativas foram produzidas, principalmente, em âmbito municipal. Já no final do governo FHC, a criação de alguns programas assistenciais deu o pontapé inicial para o que viria a ser o mais importante programa de transferência de renda no Brasil, o Programa Bolsa Família. Este programa foi criado em outubro de 2003 pelo governo Lula com o intuito de unificar os programas federais de transferência de renda já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Cartão Alimentação) e promover uma ampliação significativa de sua abrangência social, atuando de maneira mais efetiva contra a pobreza e a miséria. Conforme Mercadante, o referido Programa conta com três eixos de atuação:

[...] a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza; o acesso

efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltados ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres (MERCADANTE, 2010, p.363).

O Programa Bolsa Família atende famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza que significa, atualmente, viver com uma renda de até R\$ 85,00 mensais por pessoa (extrema pobreza) ou com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais (situação de pobreza); além disso, se as famílias tiverem crianças ou jovens (até 17 anos) é preciso que estejam matriculados em instituição escolar e mantenham uma frequência escolar mínima.

Estudos relativos ao perfil das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família durante o período do governo Lula revelam “uma predominância do sexo feminino, respondendo por 54,2% do total de beneficiados no Brasil como um todo, e que se reproduz em todas as regiões” (COSTANZI; FAGUNDES, 2010, p.262). Em relação à etnia, “65,3% dos beneficiados se declararam pardos e 7,5% negros. Portanto, 72,8% ou quase três quartos dos beneficiários são negros ou pardos”. Tal fato “decorre do maior nível de pobreza da população parda/negra *vis-à-vis* à branca” (*idem*). Além disso, mais da metade dos beneficiários (55%) pertence à faixa etária de 0 a 19 anos e “as crianças de 0 a 9 anos respondem por mais de um quarto (26,5%) das pessoas beneficiárias, variando de 28,7% na região Norte, para 25,1% na região Nordeste” (*idem*).

Os impactos provocados pelo Programa Bolsa Família em relação à desigualdade correspondem a “16% da queda global da desigualdade na última década” (SOARES; SOUZA; OSÓRIO; SILVEIRA, 2010, p.41). O principal motivo de a renda transferida pelo Programa Bolsa Família contribuir de modo tão decisivo para a redução da desigualdade foi sua “capacidade de fazer a renda chegar aos bolsos de quem mais precisa” (*idem*).

O Programa Bolsa Família também teve importante impacto sobre a redução da pobreza. Dados apontam que o nível de pobreza ficou estacionado de 1999 até 2003, “com a queda começando no período 2003-2005, justamente o da unificação dos programas de transferência de renda no Bolsa Família e da expansão de sua cobertura” (SOARES; SOUZA; OSÓRIO; SILVEIRA, 2010, p.45). E seguem os autores:

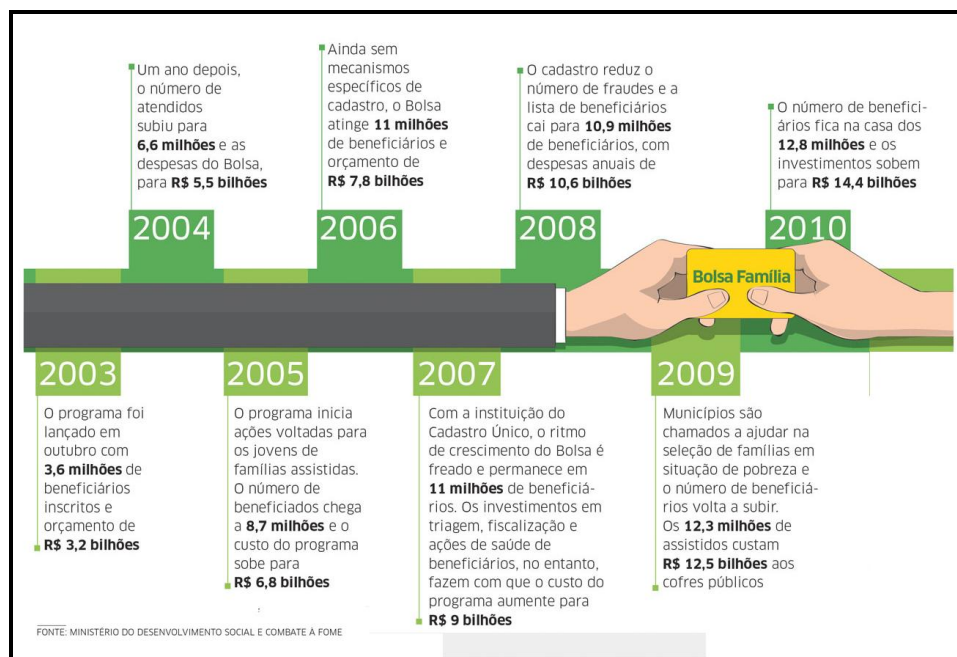
De 1999 a 2009, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em todo território nacional, o coeficiente Gini (x100) foi de 59,2 a 54,0. A transferência de renda do

Bolsa Família foi responsável por 15% da queda do período. O que mais impressiona é que o Bolsa Família o fez mesmo representando apenas 0,7% da renda das famílias, tal como medida nas pesquisas domiciliares. No caso da redução da pobreza, para a linha de R\$ 100 de janeiro de 2004, a queda foi de quase 12 p.p: de 26% para 14% da população. Os benefícios do Bolsa Família respondem por aproximadamente 16% da queda. Para a linha de R\$ 50 de 2004, a pobreza caiu de 10% para menos de 5% da população e o benefício do Bolsa responde por quase um terço da redução” (SOARES; SOUZA; OSÓRIO; SILVEIRA, 2010, p.49).

Uma das grandes preocupações do Programa Bolsa Família consiste na nutrição das crianças beneficiárias, uma vez que o próprio programa foi concebido dentro do Programa Fome Zero, instituído no início do governo Lula. Contudo, “não foi detectada nenhuma diferença significativa no estado nutricional de participantes do Bolsa e de não participantes” (ANDRADE; CHEIN; RIBAS *apud* SOARES; SÁTYRO, 2009, p.28). Em relação ao impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar de crianças beneficiárias, os dados indicam que o programa propiciava às crianças de 7 a 14 anos uma elevação nessa frequência em torno de 2,2% (MELO, 2010, p.70).

Enfim, durante o período do governo Lula, o número de famílias atendidas e os recursos investidos cresciam a cada ano (figura 1) o que fez do Programa Bolsa Família o principal programa de transferência de renda do governo Lula.

FIGURA 1



Fonte: <http://sysfile.verdesmares.com.br/data/public/7a6c216e9f/bolsafamilia.jpg> (Quadro parcial)

4. Representações chárgicas sobre o Programa Bolsa Família

Por se tratar de um governo que apresentou características bem distintas do governo anterior e que destinou parte de sua atenção e de seus recursos (apesar de insignificantes se comparados aos investimentos ou gastos em outras áreas de gestão) aos setores mais empobrecidos da população brasileira, o governo Lula teve suas ações fartamente debatidas e retratadas pela imprensa brasileira e também por indivíduos que procuravam participar ativamente da construção de uma opinião pública - aqui destacamos, em particular, os chargistas com suas respectivas produções autorais.

Dentre as ações do governo petista, o Programa Bolsa Família foi um dos que mais mobilizou o debate público e, por conseguinte, tornou-se alvo de inúmeras representações chárgicas. Passaremos, agora, a analisar algumas dessas imagens.

A primeira charge a ser analisada é de autoria do cartunista Amarildo, produzida em 2008 para o *Gazeta Online* (figura 2). Na imagem vemos o presidente Lula segurando duas bolsas; numa das mãos ele segura uma bolsa representando o Programa Bolsa Família e na outra mão ele segura uma bolsa fazendo referência à Bolsa de Valores. A cada uma das “bolsas” ele apresenta um comentário: “Tudo que você me deu!” (Bolsa Família), “Espero que você não tire!” (Bolsa de Valores).

FIGURA 2



Fonte: Disponível em: <<https://rizzolot.wordpress.com/2008/10/24/charge-do-amarildo-para-o-gazeta-online/>>.

A charge remete à dualidade e à contradição presente no governo Lula ao explicitar sua tentativa de equilibrar os interesses do sistema financeiro (representado pela Bolsa de Valores) com os interesses da população pobre (representado pelo Programa Bolsa Família). A charge foi produzida em 2008 quando a economia mundial começava a enfrentar uma grave crise internacional. Para conter os (possíveis) efeitos negativos no sistema financeiro à época, o governo Lula precisou implementar um conjunto de medidas que poderia trazer consequências prejudiciais, inclusive, para os programas sociais praticados até então pelo governo. Nesse sentido, a charge expressa a preocupação manifestada pelo presidente Lula diante daquela situação e, de certo modo, reafirma o compromisso do governo com seu programa de transferência de renda.

A expressão utilizada para se referir ao Programa Bolsa Família (“Tudo que você me deu!”) pode ser interpretada sob várias perspectivas, porém duas parecem ser mais visíveis. Numa leitura mais negativa em relação ao referido programa, pode-se associar à ideia de que a própria reeleição do Lula foi conquistada a partir das políticas assistenciais praticadas pelo governo, ou seja, o que o Bolsa Família “deu” ao Lula foi a garantia de vitória nas eleições de 2006 pelo suposto propósito eleitoral do programa. Por outro lado, numa interpretação mais positiva, a expressão poderia representar que o Programa Bolsa Família proporcionou ao presidente Lula a sua alta popularidade (o que levaria ao reconhecimento de que se tratava de um bom governo, ao menos para a maioria), além de ter sido um programa que lhe “deu” a imensa satisfação de poder realizar aquilo que era um de seus maiores desejos, ou seja, proporcionar condições mais dignas para a população mais pobre e mais necessitada, conforme manifestado em vários de seus discursos como candidato e como presidente. Essa pluralidade na possibilidade de análises é uma característica importante das charges que é uma modalidade do humor gráfico de natureza dissertativa (MIANI, 2005) e que se constitui como uma espécie de “editorial gráfico” (MARINGONI, 1996).

A seguir, selecionamos uma charge que foi reproduzida fartamente no ambiente virtual. Não conseguimos identificar a autoria nem sua publicação original (figura 3), mas pelo seu uso abundante consideramos tratar-se de uma importante retratação de questões referentes ao Programa Bolsa Família.

Na charge, podemos observar a presença de uma mulher grávida com seus dois filhos, todos com aparência bastante sofrida, num ambiente hostil marcado pela seca (provavelmente pretendendo representar a região mais árida do Nordeste brasileiro),

segurando uma bolsa que tem o desenho da bandeira do Brasil com a expressão “Bolsa Família” no lugar de “Ordem e Progresso”. A mulher coloca a mão na bolsa, mas esta aparenta estar vazia e sem fundo e, com isso, sua mão “vaza” pelo fundo da bolsa.

FIGURA 3



Fonte: Disponível em: <<http://habitabrasil.blogspot.com.br/2009/05/o-que-se-fala-do-bolsa-familia.html>>.

Esta imagem aparece acompanhando textos analíticos a respeito do Programa Bolsa Família sob vários aspectos, principalmente, fazendo críticas ao programa. A principal crítica apresentada é que como qualquer outro programa de transferência de renda se ele não estiver acompanhado de uma política efetiva de redistribuição de renda e de programas focados na diminuição das desigualdades sociais, bem como na garantia de que os seus beneficiários não cairão na acomodação e que essas famílias serão conduzidas à busca do trabalho como fonte de sobrevivência, o Programa Bolsa Família, por si só, não será capaz de acabar com o quadro exorbitante de miséria no Brasil.

Porém, chamou-nos a atenção a utilização da referida charge - que sugere uma crítica ao Programa Bolsa Família - como ilustração no contexto de uma análise que faz, justamente, uma contestação a essas críticas, alegando que há uma incompreensão por parte dos setores mais abastados da sociedade brasileira em relação às políticas de transferência de renda (CAVALCANTE, 2009). Para Lúcio Cavalcante (2009) o discurso do receio do (suposto) aproveitamento político do programa é muito mais uma ocultação do medo do reconhecimento dos direitos dos mais pobres que o governo Lula,

por meio do Programa Bolsa Família - de maneira muito limitada e insuficiente, diga-se de passagem - tem procurado contemplar. O artigo ainda reproduz uma análise apresentada por Luiz Nassif que reforça o argumento da incompreensão em relação ao Programa Bolsa Família e reafirma a sua importância, principalmente, para as populações que vivem nos bolsões de pobreza, como retratadas pela charge em questão:

Há uma enorme incompreensão que ainda remanesce em relação ao Bolsa Família. A maior delas é em torno de uma dicotomia inexistente: em vez de dar esmola o Estado deveria dar emprego. Primeiro, não são políticas excludentes. Dá-se a base de sustentação mínima e oferece-se emprego. Segundo, políticas de desenvolvimento - e de aumento de emprego - são inócuas sobre a base da pirâmide, se não vier acompanhadas de políticas de inclusão. Numa ponta, tem-se a questão regional, os bolsões de pobreza. Essas regiões não se desenvolvem porque não tem consumo; não tendo consumo não atraem empresas; não atraindo empresas, não geram empregos. Esse círculo vicioso está sendo rompido nas regiões mais pobres graças ao Bolsa Família e à Previdência Social (NASSIF *apud* CAVALCANTE, 2009).

Apesar do reconhecimento - por parte considerável da população brasileira - da importância do Programa Bolsa Família, o viés mais comum na retratação do tema é marcado por uma crítica desqualificadora do referido programa. A terceira charge a ser analisada é exemplar a esse respeito. Na imagem vemos o presidente Lula sentado tranquilamente numa carroça (representando o Programa Bolsa Família), segurando uma vara de pescar com uma espiga de milho amarrada ao anzol; a carroça é conduzida pelos integrantes de uma família - ocupando o lugar que deveria ser de animais de tração - que olham em direção à espiga de milho, com expressão de fome e de exaustão. É possível ainda observar um cenário típico das regiões mais secas do país (figura 4). Acima da imagem, podemos ler a frase “Declaração universal dos direitos humanos Art. 1º: Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Essa imagem foi produzida por Roque Sponhotz e está disponível no seu *blog*. Esse chargista paranaense é publicamente reconhecido como um “antipetista” convicto e suas charges revelam isso. Ainda que o Programa Bolsa Família tenha seus equívocos e limitações - e certamente os têm -, a abordagem apresentada pela charge - sugerindo que Lula estaria violando os direitos humanos e atentando contra a dignidade da pessoa humana - chega a ser desproposital, pois é preciso reconhecer que o que é desumano e indigno são a fome e a miséria, impostas por um sistema econômico e social injusto, e

não um programa de transferência de renda que por mais que tenha sua faceta assistencialista, permitiu que milhões de brasileiros tivessem sua vida melhorada e que deixassem a condição de extrema pobreza. Essa charge revela que nem sempre a criticidade própria dessa modalidade do humor gráfico significa responsabilidade e coerência.

FIGURA 4

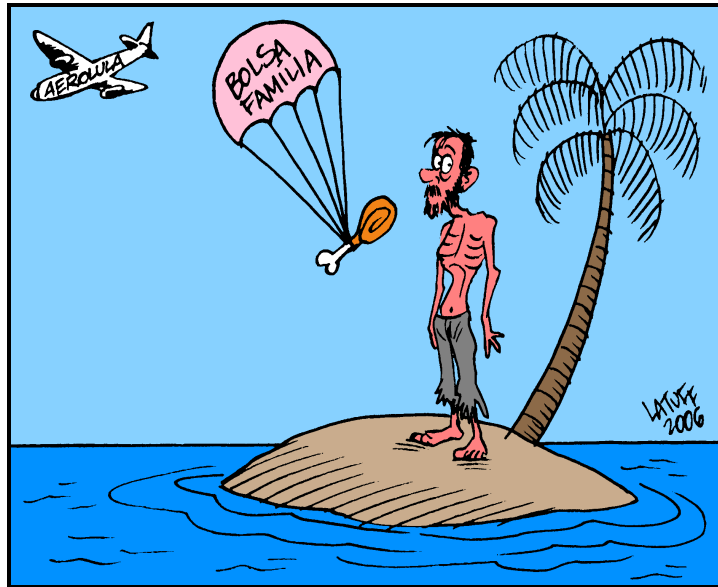


Fonte: Disponível em <<https://controleremotv.wordpress.com/2009/09/04/a-problematica-do-bolsa-familia/>>.

Por fim, a última charge a ser analisada foi produzida em 2006 e é de autoria de Carlos Latuff (figura 5). Nela, vemos um homem raquítico, ilhado e ao seu lado a aproximação de uma coxa de frango presa a um paraquedas (representando o Programa Bolsa Família), supostamente lançado por um avião que vai se distanciando da ilha e que traz escrito a palavra “aerolula” (em referência ao avião particular do presidente Lula, adquirido para uso exclusivo em viagens oficiais, tanto domésticas quanto internacionais, adquirido logo no início de seu primeiro mandato).

Contrariamente ao chargista Sponholz, Latuff é reconhecido como um chargista apoiador e defensor de causas sociais e populares, mas nem por isso deixa de realizar suas críticas por meio de suas charges. Numa das leituras possíveis para esta charge, a crítica reside no fato de o dinheiro que as famílias recebem do Programa Bolsa Família não seria suficiente para atender a todas as necessidades de seus beneficiários e, diante disso, eles se sentiriam “ilhados” diante do direito de viverem a sua dignidade plena.

FIGURA 5



Fonte: Disponível no acervo particular do chargista.

Além disso, podemos interpretar essa charge a partir de uma crítica de que o Programa Bolsa Família não “resolve o problema” das pessoas e famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema, mas apenas ameniza o problema. Para alguém ilhado, a solução é ser resgatado e não receber alimentos para continuar vivendo naquela situação; um avião que sobrevoa uma ilha e reconhece a existência de um náufrago, seu propósito deveria ser de resgatá-lo e não apenas lançar-lhe comida. O paralelo que se pode traçar é que o governo Lula reconhecia a existência da fome e da pobreza, mas ao invés de erradicá-las, apenas apresentava soluções paliativas, representada pelo Programa Bolsa Família. Nesse caso, a crítica não residia na existência do programa, considerado importante, mas no reconhecimento de que ele era insuficiente para resolver o problema.

5. Considerações Finais

O governo Lula (2003-2010) ao se comprometer com um programa de desenvolvimento econômico combinado com políticas de distribuição de renda e inclusão social rompeu com a lógica do nacional desenvolvimentismo e, em certa medida, com o projeto neoliberal, promovendo um novo desenvolvimentismo para o país em que o social aparecia como principal eixo estruturante.

O Programa Bolsa Família aparece como o maior e mais bem sucedido programa de distribuição de renda do governo Lula, diferenciando-se de programas anteriores ao combinar a transferência de renda com o acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social. Embora os seus resultados ainda sejam modestos quando submetidos ao propósito da superação da desigualdade e da pobreza no Brasil, o Programa Bolsa Família conseguiu melhorar, mesmo que temporariamente, a condição de vida das famílias beneficiadas. O fato é que para que a realidade da pobreza e da desigualdade possa ser realmente superada é necessário que haja uma justa redistribuição de renda e que, infelizmente, programas dessa natureza não têm capacidade de realizar; para isso, seria necessária uma mudança societária mais radical. Enquanto isso não acontece, programas de transferência de renda continuarão sendo necessários para minimizar os efeitos da injusta e desigual concentração de rendas e riquezas, próprias de uma sociedade capitalista.

A retratação dessa questão, e em especial do Programa Bolsa Família, por meio de charges foi particularmente significativa durante o período do governo Lula, como apresentamos neste artigo. Também pudemos verificar que, na internet, o maior volume de charges encontradas fazia críticas ao Programa, por se tratar de um ambiente propício à manifestação do pensamento conservador. Porém, acreditamos que a produção chárstica da imprensa popular, sindical e alternativa tende a apresentar um perfil mais favorável a tais políticas; essa é a hipótese a ser conferida em futuros trabalhos de pesquisa a respeito do referido tema.

Referências

BRASIL. **Relatório de Informações do Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>>. Acesso em: 14/04/2018.

CAVALCANTE, Lúcio. **O que se fala do “Bolsa Família”**, 06 de maio de 2009. Disponível em: <<http://habitabrasil.blogspot.com.br/2009/05/o-que-se-fala-do-bolsa-familia.html>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CONSTANZI, Rogério Nagamine; FAGUNDES, Flávio. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**, vol. 1. Brasília, 2010, p. 249-269.

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo: Moderna; USP, nº 7, set/dez/1996, p. 85-91.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula: **Revista Katálysis**, vol. 10, núm. 1, 2007, p. 15-23.

MELO, Raul da Mota Silveira. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência à escola: estimativas a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**, vol. 2. Brasília, 2010, p. 53-71.

MERCADANTE, Aloízio. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 2010. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: Unesp/Campus Assis, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6), 2007, p. 1429-1439.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1424, Brasília, 2009.

SOARES, Sergei; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SILVEIRA, Fernando Gaiger. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**, vol. 2. Brasília, 2010, p. 27-52.